



UnB

Universidade de Brasília

Instituto de Ciências Humanas

Departamento de História

Ana Carolina Resende Ibituruna

A ORIGEM DAS UNIVERSIDADES E A PRESENÇA FEMININA EM ESPAÇOS DO SABER

Brasília, DF

2022

A origem das universidades e a presença feminina em
espaços do saber

Monografia apresentada ao Departamento de
História do Instituto de Ciências Humanas da
Universidade de Brasília para a obtenção do grau
de licenciada/bacharel em História, sob a
orientação da Prof.^a Dra. Cláudia Costa Brochado.
Data de defesa: 02/05/2022

Banca examinadora:

Prof.^a Dra. Cláudia Costa Brochado (UnB)

(orientadora)

M.^a Scarlett Dantas de Sá Almeida (UnB)

M.^a Lúcia Regina Oliveira e Pinho (membra externa)

AGRADECIMENTOS

Minha sincera gratidão à minha família, por todo apoio e encorajamento nos momentos mais ternos e principalmente nos mais conturbados. Meus agradecimentos, também, a professora e minha orientadora, Dra. Cláudia Brochado, que me possibilitou os primeiros contatos com a história das mulheres na Idade Média, e me aceitou como sua orientanda, sendo sempre muito paciente com minhas dificuldades e pronta a me auxiliar e orientar da melhor forma. Sem vocês esse trabalho não seria possível.

Resumo

Por volta dos séculos IX-XII, em meio ao renascimento comercial e urbano, na Europa Ocidental, a população laica necessita cada vez mais de instrução, principalmente no que diz respeito a leitura, escrita e cálculos, nas atividades urbanas cotidianas, o que fomentou o desenvolvimento de corporações de mestres e discípulos, as *universitas*, ou seja, originou as universidades. O presente trabalho analisa, através de revisão historiográfica, o surgimento e a estrutura das universidades medievais e como seu desenvolvimento influenciou a presença ou ausência feminina nos espaços de saber. É à luz da política sexual que serão analisadas as relações de ocupação e representação feminina na Idade Média, a partir de diferenças, como nascer mulher ou nascer homem, que intervêm e modificam o contexto político antes mesmo da diferença de classes, num contexto de origem e desenvolvimento universitário. Nessa análise será trabalhada, de forma mais específica, a existência de Trotula di Ruggiero, mestra e médica na Escola de Medicina de Salerno, no sul da Itália, e seus tratados sobre a saúde das mulheres e como sua aceitação e representação se modificou, com o passar dos anos, de acordo com as diferentes políticas sexuais vigentes, entre *complementariedade*, *polaridade* ou *unidade* sexual (Prudence Allen). Evidenciando como é a política sexual, principalmente, que irá interferir em como essa nova instituição, a universidade, irá se desenvolver e atuar na sociedade.

Palavras-chave: universidades, representação feminina, saber, política sexual, Trotula, Escola de Medicina de Salerno.

Abstract

Around the 9th-12th centuries, in the midst of the commercial and urban renaissance, in Western Europe, the lay population increasingly needed instruction, especially with regard to reading, writing and calculations, in everyday urban activities, which fostered the development of corporations of masters and disciples, the *universitas*, in other words, originated the universities. The present work analyzes, through a historiographical review, the emergence and structure of medieval universities and how their development influenced the presence or absence of women in spaces of knowledge. It is in the light of sexual politics that the relations of occupation and female representation in the Middle Ages will be analyzed, based on differences, such as being born a woman or born a man, which intervene and modify the political context even before the difference of classes, in a context of origin and university development. In this analysis, the existence of Trotula di Ruggiero, professor and doctor at the Medical School of Salerno, in southern Italy, and his treatises on women's health and how its acceptance and representation changed, with over the years, according to the different sexual policies in force, between complementarity, polarity or sexual unity (Prudence Allen). Showing how sexual policy is, mainly, which will interfere in how this new institution, the university, will develop and act in society.

Key-words: universities, female representation, knowledge, sexual politics, Trotula, Medical School of Salerno.

Sumário

INTRODUÇÃO.....	7
CAPÍTULO 1 – A IDADE MÉDIA E A UNIVERSIDADE.....	12
1.1 Surgimento das Universidades.....	14
1.2 Estrutura Universitária.....	16
1.3 Ensino Universitário.....	17
1.4 O Ensino Feminino.....	19
1.5 Escola de Medicina de Salerno.....	23
CAPÍTULO 2 – AS MULHERES E O SABER.....	27
2.1 Trotula di Ruggiero (ou Trotula de Salerno).....	32
2.1.1 Reconhecimento e Representação de Trotula.....	33
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	38
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	42

Introdução

O presente trabalho busca, através de revisão historiográfica, perceber a presença ou ausência feminina, em espaços e posições de saber, a partir do surgimento das universidades, no ocidente europeu medieval. Diferentemente das universidades atuais, com amplas estruturas físicas e quadros de admissão e frequência, em sua origem, as universidades estiveram mais atreladas à relação entre mestre e discípulo/aluno.

Essas instituições de ensino originais que se destacaram, se diferenciaram e que permaneceram até a atualidade, remontam sua origem por volta do século XII, no chamado Renascimento Cultural. As mudanças sociais, econômicas e culturais do período, como o aumento populacional, crescimento comercial e urbano, possibilitaram e estimularam a reestruturação educacional que transformou o ensino já existente nas bases para a nova estrutura de ensino, a universidade, cujo alcance e importância superaram as estruturas educacionais anteriores e inclusive afetaram a própria estrutura econômica e social medieval.

A universidade, e suas estruturas e relações internas, apesar de inovadora, reflete o comportamento e a mentalidade da sociedade do ocidente europeu medieval. Por exemplo, se ingressava livremente a qualquer universidade, mas, para ser admitido, e conseqüentemente obter o diploma, era necessário ser batizado cristão e comprovar princípios de natureza moral.¹

Nesse mesmo período, a construção de uma representação feminina determinada por características como a emoção e a fragilidade, apresentadas como faltas graves de caráter eminentemente femininas, justificarão a exclusão, ou pelo menos a tentativa de exclusão, da mulher ao domínio do racional, ou seja, de ensinarem ou serem ensinadas nas universidades.

Para tentar compreender porque houve essa tentativa de retirada de mulheres desses espaços de saber será utilizada, como base teórica, as

¹ SCWINGES, Rainer. *In*: RIDDER-SYMOEENS, Hilde; RÜEGG, Walter (org.). **A History of the University in Europe**: Volume I: Universities in the Middle Ages. v. 1, Cambridge, United Kingdom: Cambridge University Press 1992, p. 171.

teorias que explicam a Política Sexual do período, criadas por Prudence Allen e desenvolvidas por María-Milagros Rivera, com quem trabalharemos, buscando entender os desdobramentos políticos e culturais das ocupações e ausências femininas em determinados espaços, como o ensino, e as consequências disso. Em que, nascer homem ou nascer mulher significa maneiras distintas de estar no mundo, e antes de outras diferenças, como as ligadas ao social, é a diferença sexual que primeiro irá intervir e modificar o contexto político.

À luz dessa teoria, e motivado por ela, o seguinte trabalho se propõe a reanalisar a história do ensino e do surgimento das universidades em duas vozes, feminina e masculina, e não por um viés supostamente neutro e homogêneo personificado no homem intelectual, sujeito social que surge a partir das universidades, mas buscando perceber também os locais de ocupação e poder feminino e como a estrutura universitária influenciou-os.

Dessa forma, no capítulo I, é abordada uma contextualização do desenvolvimento acadêmico no ocidente europeu medieval. São apresentadas as estruturas de ensino existentes desde o início da Idade Média, sob a tutela da Igreja Católica, e os desdobramentos que possibilitaram o surgimento e desenvolvimento de uma estrutura original, a universidade. Apesar de inovadora, a universidade, reproduz comportamentos vigentes, sendo assim, sua origem e inclusive sua nomenclatura representam uma associação ou corporação, tão presentes nessas sociedades.

São apresentados, também, processos de reforços ou inovações a partir das universidades e dos intelectuais que eram formados por elas, tanto em um aspecto organizacional quanto mental. A relação entre os poderes já existentes, e a criação e manutenção dessas universidades, em que, estas últimas, ao mesmo tempo que buscaram auxílio das autoridades buscaram também exercer suas atividades de forma independentes.

Ainda no capítulo I, é colocada como a questão do surgimento das universidades influencia a ocupação de posições e espaços de saber, e conseqüentemente de poder, por mulheres. O processo de marginalização do intelecto feminino do saber racional, cujo maior expoente era a universidade,

e que, além de hierarquicamente inferiorizado, o conhecimento produzido por mulheres, em espaços para além das universidades, foi também, muitas vezes, perseguido e condenado como herético.

Por fim, é enfatizada a capacidade intelectual feminina, que em períodos de menor fechamento e perseguição feminina possibilitou a existência de mulheres e homens em posições de complementariedade e trocas intelectuais, como é o caso da Escola de Medicina de Salerno, entre os séculos IX-XII. E que, em períodos posteriores, nos quais as mulheres não mais compartilham dessa liberdade política e social, são apresentados espaços de saber, como o Monastério de Helfta ou o Movimento de Mística Feminina, em um processo de resistência intelectual feminina.

Para compreender melhor essa marginalização feminina dos espaços de saber, no capítulo II, procura-se estabelecer como as mulheres são percebidas e retratadas tanto pela sociedade na qual estão inseridas quanto posteriormente. Os resgates, no campo historiográfico, de experiências e produções femininas tornam possível a construção do que Brochado chama de genealogia feminina.² A genealogia é o que possibilita um referencial mental e simbólico social, que auxilia a percepção do presente. E é através da genealogia feminina que se pode garantir a liberdade, que é política.

Sendo assim, numa análise histórica em duas vozes, feminino e masculino, serão levantadas e analisadas as questões já apontadas, de como as mulheres ocuparam ou deixaram de ocupar lugares de saber durante a criação e ascensão das universidades, com base no pensamento da diferença sexual e na Política Sexual, que Rivera traz para explicar que a relação dos sexos e entre os sexos são o fundamento da política, sendo assim, não se pode ignorar os eventos que promoveram a subordinação sexual, no caso deste trabalho, o surgimento das universidades.³

Milagros Rivera, utilizando as teorias que explicam a política sexual na Idade Média, criadas pela filósofa Prudence Allen, desenvolve, a partir de três

² BROCHADO, Cláudia C. A Querelle des Femmes e a Política Sexual na Idade Média. **Brathair: Revista de Estudos Celtas e Germânicos**, [S.l.], v. 19, n. 2, p. 63-91, 2019, p.67.

³ RIVERA, María-Milagros G. **La Diferencia Sexual en la Historia**. Publicacions de la Universitat de Valencia, 2005, p. 10 e 18.

tendências político-sociais de períodos próximos ao do florescimento das universidades. São elas: a complementariedade sexual, entre os séculos XII-XIII, em que, homens e mulheres são percebidos como substancialmente diferentes, mas iguais em valor, ou seja, não hierarquizados; a polaridade sexual, a partir da segunda metade do século XIII, na qual os homens serão percebidos como superiores em relação às mulheres; e a unidade sexual, entre os séculos XIV-XV, em que não existe lugar para a diferença sexual e homens e mulheres são percebidos a partir de um suposto neutro universal pautado no masculino e excluindo por completo o feminino.

Uma das explicações dessa mudança mental e comportamental está na própria universidade, como aponta Rivera

Em 1255, a Universidade de Paris impôs a leitura obrigatória das obras de Aristóteles, o que foi copiado por outras. Aristóteles foi sistematicamente lido, comentado e divulgado desde a teoria das relações dos sexos que defendeu - ou assim se dizia - quando viveu na Grécia, no século IV antes da era cristã. Essa teoria é chamada de polaridade dos sexos. Ele disse que homens e mulheres são substancialmente diferentes e que os homens são superiores às mulheres. É, portanto, uma teoria abertamente misógina, que começou sua formulação como a da complementariedade dos sexos, mas imediatamente deu um giro brutalmente hostil ao que naquela época era vivido e entendido como feminino.⁴

Sob esses preceitos teóricos, no capítulo II, é dado maior destaque a Trotula di Ruggiero, mestra e médica na Escola de Medicina de Salerno, pois, tanto ela quanto a própria escola evidenciam muito claramente a competência intelectual feminina e a possibilidade construtiva quando mulheres e homens trabalham de forma complementar, e não hierárquica. Além disso, demonstra também a realidade, em um período anterior às universidades propriamente ditas, em que mulheres ocupam posições de produção intelectual, como a de mestras, em igual competência e inclusive em possibilidade de complementariedade que como explica Pinho,⁵ os tratados de ginecologia e obstetrícia, inaugurados por Trotula, só foram possíveis pois ela era uma mulher e justamente por isso mais acessível às pacientes que “[...] por pudor

⁴ RIVERA, op.cit., p.98 (tradução nossa do espanhol)

⁵ PINHO, Lúcia R. O. **Trótula de Salerno**: périplo na história e historiografia. Orientadora: Cláudia Costa brochado. 2016. Monografia (Licenciatura em História) Departamento de História - Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília, Brasília, 2016, p.24.

e pela fragilidade da sua condição, elas não ousam revelar ao médico as aflições das suas enfermidades.”⁶

Trotula, dentre outras mulheres, pôde ocupar, juntamente com homens, posições de poder e destaque, no período analisado por Allen como de complementariedade sexual, e suas contribuições repercutiram amplamente no tempo e no espaço. É colocado, também, como suas competências intelectuais e práticas foram percebidas pela sociedade contemporânea e posterior a ela, exemplificando a mudança de mentalidade e comportamento ao longo da Idade Média dentro de uma perspectiva de política sexual.

⁶ SIMONI, Karine; DEPLAGNE, Luciana C. (org.) **Sobre as Doenças das Mulheres: Trotula di Ruggiero**. Florianópolis, SC, UFSC/DLLE/PGET, Copiart Tubarão, 2018., p.37.

Capítulo 1 - A IDADE MÉDIA E A UNIVERSIDADE

A Idade Média, um tempo que engloba aproximadamente mil anos, pode ser estabelecido pelo período que compreende a queda do Império Romano do Ocidente, em 476, e a queda do Império Romano do Oriente, em 1453. O fim dessa estrutura unitária, o Império, no Ocidente, desarticula também as estruturas de poder e de controle vigentes, há uma progressiva fragmentação e ruralização na Europa Ocidental.⁷

Inicialmente, entre os séculos V-VIII, a instabilidade social e as constantes migrações pela Europa Ocidental, iniciam um processo de desestruturação e esfacelamento da escola antiga, pública e laica que, gradativamente, culmina no analfabetismo da população.⁸ Neste período os mosteiros são os últimos remanescentes da cultura escrita. Eles seguem a Regra de São Bento, enfática aos deveres de orar, trabalhar e estudar, possuíam, necessariamente, uma biblioteca ou uma sala de copistas onde se liam, estudavam e copiavam os manuscritos, conservando o legado cultural dos romanos.

Coube, principalmente, à Igreja Católica a continuidade do ensino, através de uma rede de escolas eclesiásticas, instalada junto a catedrais e mosteiros.

Enquanto desapareciam todas as formas de escolas laicas, os concílios provinciais ou nacionais declararam obrigatório para todos os bispos e titulares das principais paróquias organizar uma escola [...] surgiu também o costume, a partir do século VII, de dotar os mosteiros de uma, ou até duas escolas (a escola “interna” para monges, a escola “externa” para ouvintes seculares)⁹

As escolas monacais eram voltadas para a vida religiosa, visando, em primeiro lugar, a formação de padres, mas também, a determinação política e religiosa da população. Já as escolas paroquiais e também as paladinas, as segundas mais difundidas com Carlos Magno, se encarregavam da instrução dos filhos de aristocratas.

⁷ BASCHET, Jérôme. **A Civilização Feudal**: Do ano mil à colonização da América. 2 ed. São Paulo: Editora Globo, 2009, p.49.

⁸ VERGER, Jacques. Universidade. *In*: LE GOFF, Jacques; SCHMITT, Jean-Claude. **Dicionário Temático do Ocidente Medieval II**. v. 2, São Paulo, SP: EDUSC: Editora da Universidade do Sagrado Coração, 2002. p. 573 – 588, p. 573.

⁹ *Ib*.loc.cit.

Nesse colapso da escola pública, entre os séculos V-VIII, e o surgimento das escolas eclesiásticas, para educação dos membros da Igreja, supõe-se que as mulheres estavam em desvantagem na admissão do ensino eclesiástico, já que a elas era proibido falar ou ensinar na Igreja. Entretanto, há cartas e hagiografias que indicam um ensino, particular e em conjunto, de mulheres aristocráticas e religiosas.¹⁰ Já que, os registros medievais também permitem supor que alguns mosteiros admitiam meninas para serem educadas, e retornarem à comunidade laica, invés de seguirem no ambiente religioso e se ordenarem. Ou seja, o ensino feminino não estava restrito às religiosas.

“De todo modo, temos motivos para supor que a maioria das meninas recebiam sua educação de outras mulheres, o que implica que muitas mulheres alcançavam um nível cultural suficiente como para o ensino.”¹¹ Outro indício da instrução feminina, apontado por Prieto, é que, por toda Alta Idade Média, há registros de bibliotecas monacais, e inclusive pessoais, que pertenciam a mulheres, possuindo livros religiosos e também laicos. As mulheres não apenas possuíam, mas produziam e financiavam a cópia e produção de livros.¹²

Por volta dos séculos IX-XII, os renascimentos culturais nos reinados de Carlos Magno e Oto, a interrupção das invasões, o aumento da população, as transformações econômicas e de mercado, o crescimento urbano, a chamada reforma da Igreja fomentarão uma reestruturação educacional.¹³ O renascimento comercial e urbano são os fatores decisivos para a necessidade de transformação no ensino, já que, a população laica necessitava cada vez mais de uma instrução, principalmente no que diz respeito a leitura, escrita e cálculos, em suas atividades urbanas cotidianas.

Dessa forma, as escolas monacais perdem espaço para a multiplicação das escolas catedrais e para o surgimento de escolas particulares, entendidas como ensino de mestres independentes. As novas escolas estimularam o

¹⁰ PRIETO, Ana B. S. La Educación de la Mujer Antes del Año 1000. ¿Es Dhuoda um Caso Único? **UNED – Facultad de Educación. Educación XXI**, Madrid, España, v. 13, n. 2, 2010, p. 69-94. p. 84.

¹¹ *Ibid.*, p.75 (tradução nossa do espanhol)

¹² *Ibid.*, p.79

¹³ VERGER, *op.cit.*, p. 574.

deslocamento de jovens estudantes, a procura de disciplinas específicas ou mestres renomados. Além disso, o ensino, vinculado às artes liberais e às Sagradas Escrituras, passa a se desenvolver através da dialética, constituindo o método escolástico.¹⁴

Foram as novas necessidades sociais, de conhecimentos e estrutura de ensino, que movimentaram e fomentaram o surgimento das universidades, como explicita Haskins,

Enquanto o conhecimento estivesse limitado às sete artes liberais da Alta Idade Média, não poderia haver nenhuma universidade, pois não havia nada que ensinar além de simples elementos de gramática, retórica e lógica, e das noções ainda mais básicas de matemática, astronomia, geometria e música, que faziam as vezes de um currículo acadêmico. Entre os anos 1100 e 1200, entretanto, houve um grande afluxo de novos conhecimentos para a Europa Ocidental, em parte vindos da Itália e Sicília, mas transmitidos principalmente por intermédio de eruditos árabes da Espanha — as obras de Aristóteles, Euclides, Ptolomeu e dos médicos gregos, bem como a nova aritmética e aqueles textos do direito romano que permaneceram ocultos durante a alta Idade Média.¹⁵

1.1 – Surgimento das Universidades

O termo *universitas* era, na Idade Média, utilizado para designar os mais diversos tipos de corporações, a exemplo, a organização corporativa de estudantes e de professores.¹⁶ Será, apenas no século XVIII, que a terminologia Universidade irá se referir de forma mais particular às instituições intelectuais de construção e transmissão de uma metodologia e disciplinas específicas.

Mais específico do que *universitas*, o termo *studium generale* utilizado, principalmente, a partir do século XIII, traz melhor a ideia dessa instituição de ensino superior que começa a surgir. Para Rashdall um *studium generale*

¹⁴ O ensino, anteriormente estabelecido pela Igreja, era, até então, estruturado a partir de elementos do saber antigo, como as Artes Liberais, *trivium* (gramática, retórica e dialética) e *quadrivium* (aritmética, geometria, astronomia e música), filtradas, principalmente através da tradição patristica como no *De doctrina christiana* de Santo Agostinho, e também por outros pais da Igreja, para servirem ao entendimento da Revelação e a explicação das verdades da Fé cristã.

¹⁵ HASKINS, Charles H. **A Ascensão das Universidades**. Balneário Camboriú, SC, Livraria Danúbio Editora, 2015. *E-book*.

¹⁶ RUEGG, Walter. In: RIDDER-SYMOEENS, Hilde; RÜEGG, Walter (org.). **A History of the University in Europe**: Volume I: Universities in the Middle Ages. v. 1, Cambridge, United Kingdom: Cambridge University Press 1992. p. XX.

compreende três características: que a escola atraiu estudantes de todas as partes; que era um local de ensino superior, ou seja, ao menos uma das faculdades superiores, teologia, direito ou medicina, era ensinada; e que as disciplinas eram ensinadas por uma pluralidade de mestres.¹⁷

Em regra, a universidade era fundada, ou ao menos confirmada, por uma autoridade de natureza universal, a saber, o papa ou o imperador, seus membros gozavam de direitos¹⁸, coletivos e individuais, de caráter universal, assim como seus títulos e licenças, que autorizavam o desempenho de suas atividades por toda a cristandade. Os títulos de doutor e de mestre equivaliam a mais alta competência intelectual, independentemente da universidade que se frequentara.

O surgimento dessas universidades medievais foi fundamental para o desenvolvimento, inclusive político, das próprias sociedades medievais. Na disputa entre os poderes já existentes na sociedade, as universidades serão também palco dessa disputa, se vinculando a um ou outro poder, de acordo com seus interesses e necessidades. Além disso, a universidade produzirá um novo sujeito social, o intelectual, que poderá dar suporte ao estabelecimento de algum desses poderes, como foi o caso dos juristas da corte francesa, no século XIII, que encorajaram Felipe, o Justo, a assumir direitos do Sacro Império Romano.¹⁹

Concomitantemente às universidades, outras estruturas de ensino continuaram a existir como as escolas catedrais e as escolas particulares, mas, por responderem às autoridades locais, de maneira geral, seus estudantes não se beneficiavam de um reconhecimento mais amplo e normalmente obtinham menos prestígio social. Sendo, por tanto, uma via de promoção individual.²⁰

¹⁷ RASCHDALL, Hastings **The Universities of Europe in the Middle Ages**: Volume I: Salerno, Bologna, Paris. v.1. London: Henry Frowde, Oxford University, 1895. p.9.

¹⁸ Uma das primeiras medidas de proteção, ou intervenção de autoridades, em relação às universidades foi a legislação *Authentica Habita*, por Frederico I, século XII, na qual se estabelecia a proteção ao saber científico e aos que se dedicassem a esse saber, fossem habitantes naturais da Itália ou estrangeiros. (OLIVEIRA, 2010, p. 273-274)

¹⁹ OLIVEIRA, Terezinha Poder e Escolástica no Ocidente Medieval. **Dimensões: Revista de História da UFES**, Dossiê: Poder e religião na Antiguidade Tardia, v. 25, p. 266-285, 2010. p. 274.

²⁰ VERGER, op.cit., p. 583.

1.2 – Estrutura Universitária

A universidade medieval corresponde a um grupo ao qual se ingressava livremente, desde que fosse concedida a admissão. Para tal, não eram exigidos requisitos nacionais, sociais, intelectuais ou linguísticos. De acordo com Rainer Scwinges, os únicos critérios de admissão eram: ser batizado cristão e princípios de natureza moral.²¹ O princípio moral era o mesmo aplicado à admissão ao clero, a cidadania ou a filiação a uma guilda, e incluía prova de legitimidade de nascimento.

O fato do estudo universitário medieval estar principalmente associado à figura do mestre, e conseqüentemente também de seus discípulos, colocava em segundo plano essas formalidades estruturais, como pré-requisitos para admissão ou frequência. “Já em 1215, dizia-se que ninguém era aluno da Universidade de Paris se não tivesse um professor permanente - *nullus sit scholaris Parisius qui certum magistrum non habeat.*”²² Ou seja, o que tornava, um jovem, um estudante universitário era seu vínculo ao professor e não a um curso ou à universidade.

Essas relações, entre mestres e discípulos, apesar de não serem formalmente estabelecidas, tampouco eram feitas ao acaso. Elas replicavam normas sociais tradicionais, com critérios de local, amizade, apresentação e patrocínio. De forma prática, o critério de admissão à universidade era o estabelecimento de vínculo com um professor. Então, e não poderia ser de outra forma, o ambiente universitário se espelhava na própria estrutura social medieval, uma estrutura hierárquica, cristã e patriarcal, e replicava suas relações sociais.

Por fim, vale destacar que apesar de uma autonomia e liberdade iniciais, as universidades, e esse novo sujeito social, o intelectual, começam a responder a uma demanda social específica e a sofrer cada vez mais um controle político, tanto doutrinal quanto estrutural.

[...] é evidente a ascensão social de muitos graduados. De fato, parece que houve, no final da Idade Média e sobretudo nas universidades jurídicas e laicizadas dos países mediterrâneos, um

²¹ SCWINGES, op.cit., p. 171.

²² Ibid., p. 173 (tradução nossa do inglês).

certo “fechamento social”, uma constituição de dinastias de médicos e de juristas buscando reservar para si o acesso ao saber. No entanto, mesmo assim e mesmo se muitos estudantes, principalmente dentre os menos abastados (infelizmente, não podemos determinar sua proporção) malogravam em seus estudos e deixavam a Universidade sem diploma, o fechamento nunca foi total. Aliás, isso não muda em nada o que é, sem dúvida, a principal transformação social imputável à Universidade, a saber, o reconhecimento da competência intelectual individual (mesmo que favorecida por um nascimento vantajoso) como elemento de definição da condição e da função sociais.²³

1.3 – Ensino Universitário

Segundo Verger, a maior parte das universidades medievais herdaram, das escolas do século XII, concepções pedagógicas e classificações de conhecimento.²⁴ Essa herança estabeleceu uma lista fixa de disciplinas, textos básicos ou comentários autorizados, que retomavam os reformadores carolíngios, os pais da Igreja Católica e os teóricos da antiguidade, e a partir dos quais se originaram as faculdades²⁵, por exemplo, de teologia ou de direito.

Essa herança trouxe também a ideia de hierarquia entre as disciplinas, estabelecida por características como: caráter religioso, utilidade social e dignidade intelectual. Sendo assim, as faculdades de teologia e de direito canônico estavam no topo de interesse das universidades, enquanto disciplinas com um caráter mecânico, lucrativo ou que parecessem de alguma forma profanas ficaram a margem dessas instituições de ensino.

As faculdades, das diversas universidades, herdaram também a metodologia de ensino. Os cursos eram ministrados em latim, que, como aponta Rivera, a escolha de uma língua morta, como língua acadêmica e intelectual, implica numa abstração de sentido e significação que rompe com a ordem simbólica e exclui, por exemplo, a percepção de diferença sexual do

²³ VERGER, op.cit., p. 584.

²⁴ VERGER, Jacques. *In*: RIDDER-SYMOEENS, Hilde; RÜEGG, Walter (org.). **A History of the University in Europe**: Volume I: Universities in the Middle Ages. v. 1, Cambridge, United Kingdom: Cambridge University Press 1992. p.41.

²⁵ Quase todas as universidades eram subdivididas em faculdades de mestres e alunos de disciplinas particulares. As faculdades clássicas eram: artes liberais, teologia, direito (civil ou canônico) e medicina, podendo existir outras. Eram unidades autônomas, com estatuto e conselho próprios. (GIEYSZTOR, Aleksander. *In*: RIDDER-SYMOEENS; RUEGG, 1992, p.109)

ambiente universitário.²⁶ Outra herança é a escolástica, que consistia no exercício de leitura e disputa acadêmica. A leitura incluía o texto principal e os comentários, dando base para as aulas. Já, a disputa ou debate oral era a resolução ou desenvolvimento de alguma tese ou problema doutrinário, conduzido através das regras do silogismo aristotélico, transformando o conhecimento em uma construção ativa.

A estrutura metodológica universitária medieval se manteve isolada de outras formas de intelectualidade, tradicional, como a mística monacal, ou inovadora, através de experimentação e medição, ainda que tais metodologias se mantivessem em pleno uso para além das universidades.

A partir da segunda metade do século XIII, o saber racional passa a ter papel central nas universidades em detrimento das perguntas teológicas. O que Rashdall traz como Movimento Universitário, e se inicia com a fundação da teologia escolástica, por Pedro Abelardo.²⁷ Este movimento intelectual traz a metodologia filosófica para a teologia e define a forma de ensino universitária. Sendo, por tanto, a lógica utilizada, também, como método, na compreensão de outras disciplinas.

Para Boni, a renovação científico-filosófica, a partir do século XII, foi um movimento que resgatou Aristóteles e não a consequência desse resgate.²⁸ As obras de Aristóteles nunca desapareceram de Constantinopla, por exemplo, e se não eram mais difundidas na Europa Ocidental é porque o esquema neoplatônico-agostiniano servia plenamente como modelo de interpretação do mundo e do homem para a Cristandade. Mas, juntamente com o florescer universitário, os medievais “liam Aristóteles à luz do pensamento da própria época, faziam-no falar novamente, obrigavam-no a tomar parte em debates, que não foram os dele”,²⁹ inserindo-o em uma visão religiosa de mundo.

Importante destacar que, a escolástica não se tornou uma exclusividade universitária, muitas escolas utilizavam essa mesma metodologia, ainda que

²⁶ RIVERA, op.cit., p.21.

²⁷ RASCHDALL, op.cit., p.42.

²⁸ BONI, Luis A. A Entrada de Aristóteles no Ocidente Medieval. **Dissertatio: Revista de Filosofia do Departamento de Filosofia do ICH/UFPEL**, Pelotas, RS, v.1, n.1, p.66-106, inverno/1995, p.70.

²⁹ Ibid., p.86.

não se transformassem em universidades. A inovação, das universidades, foi a vinculação entre exames e ensino.³⁰ O exame, ao final do curso, dava direito ao diploma oficial. Era principalmente oral e tinha como objetivo confirmar o domínio, pelo estudante, de conhecimentos e técnicas específicos.

1.4 – O Ensino Feminino

Antes dos séculos XII-XIII, os mosteiros eram os principais centros de aprendizagem europeus, onde monges e freiras combinavam erudição e espiritualidade. Essa situação mudou com o nascimento das universidades, espaço exclusivo para homens que fizeram da teologia uma ciência de alguma forma dissociada da espiritualidade. A partir de então,

O saber institucionalizado, determinante para o acesso a quase todas as formas de poder – e, obviamente, gerador deste – era de domínio do racional e também de poucos homens. Às mulheres deveria caber outros espaços, nos quais, segundo a voz dominante, ela seria mais útil dada sua condição. Um dos poucos grupos femininos que conseguia escapar efetivamente deste controle e ao qual era permitido ter acesso a algum tipo de saber era o das mulheres religiosas que, dado o seu isolamento do mundo exterior, em geral geravam e consumiam elas mesmas esse saber.³¹

É o caso, por exemplo, do monastério de Helfta, fundada em 1258, na Saxônia, pelos condes de Mansfeld. Importante centro de estudo e produção de conhecimento, a tal ponto que alguns passaram a considera-lo uma espécie de universidade feminina. A Escola de Helfta era uma alternativa feminina para a teologia e práxis masculina prevalecente. A teologia desenvolvida ali, capaz de manter um relacionamento com Deus e se divinizar, contradizia a opinião dos principais teólogos da época, Tomás de Aquino e Boaventura, entre outros, que rejeitavam a capacidade das mulheres de representar Deus.³²

Como bem aponta Brochado, apesar da exclusão feminina do ambiente universitário, as mulheres ocuparam e construíram outros espaços de saber

³⁰ VERGER, op.cit., p.44.

³¹ BROCHADO, Cláudia C. A Querelle des Femmes. **Textos de História: O Saber na Idade Média**, [S.l.], v. 9, n. 1/2, p. 31-51, 2001. Mesa Redonda na III Semana de Estudos Medievais, Brasília 1996, p.33.

³² **A Voice Of Their Own - Women's Spirituality in the Middle Ages**. [S. d.]. [S. l.]: Universidade de Barcelona. Disponível em: <https://www.coursera.org/learn/womens-spirituality> Acesso em: abr. 2021.

na Idade Média.³³ No século XIII, o grupo, majoritariamente feminino, de beguinhas³⁴ se ocupou do ensino e trabalho, inclusive assistenciais, de seus membros. Mulheres que, muito além dos trabalhos artesanais, trabalhavam em enfermarias e hospitais, na cópia e transcrição de manuscritos e no ensino

Formaram um movimento internacional que manteve seus contatos muito vivos, contatos de presença e palavra oral e escrita, por meio de cartas entre amigos ou de professoras a discípulas e por meio de viagens entre cidades e entre territórios.³⁵

As beguinhas também deram origem ao que Luisa Muraro chamou de teologia em língua materna. Uma estrutura original de mística e expressão de amor divino, que, ao contrário das práticas intelectuais e eclesiásticas da época, de escrever sobre Deus em latim, as beguinhas romperam com o distanciamento e trouxeram para junto à comunidade os ensinamentos em língua vulgar. Além disso, politicamente, retira da Igreja a autoridade hierárquica e simbólica.

A diferença de expressão do saber teológico, entre homens e mulheres, ou também, entre o saber universitário e o saber místico feminino, pode ser percebido, por exemplo, nas comparações da produção de Margarete Porete e mestre Eckhart, dois grandes representantes da mística medieval. Ao comparar suas obras, o tratado místico de Porete: *Le mirouer des âmes simples et anienties et qui seules seulement demeurent em vouloir et desir d'amour* (O Espelho das Almas Simples e Aniquiladas e que Permanecem Somente na Vontade e no Desejo do Amor), e O Livro da Divina Consolação de Mestre Eckhart, que, apesar das semelhanças entre os discursos teológicos do aniquilamento poretiano e do despojamento eckhartiano, as

³³ BROCHADO, op.cit., p.33.

³⁴ As beguinhas viviam em comunidades autônomas, com o mínimo de burocracia. Discutiam entre si as Escrituras, confessavam-se umas às outras e atendiam às múltiplas necessidades sociais. Aderiram ao evangelismo, perspectiva que se constituiu a partir da emergência dos movimentos mendicantes e implicava na vontade de conhecer os textos bíblicos na sua literalidade, a liberdade de pregação, o amor à pobreza, a contestação do mundo e a valorização do estilo de vida mais que a doutrina. (NOGUEIRA; LIMA, 2020, p.401)

³⁵ RIVERA, op.cit., p. 113 (tradução nossa do espanhol)

obras se apresentam de forma diferente, tanto em linguagem quanto em abordagem.³⁶

Para Nogueira, em seu estudo comparativo das obras citadas, houve uma mútua influência intelectual entre a mística feminina³⁷ e a mística renana, ou alemã.³⁸ Ainda que esta segunda se diferencie por ser um movimento exclusivamente masculino, e também, por não utilizar a linguagem erótica, típica nas produções das místicas femininas. Além de homens, são mestres, pois possuem formação universitária e, inclusive, ensinaram, a exemplo o mestre Eckhart, tanto em escolas quanto em universidades. A importância de diferenças como a condição de mestre universitário e homem, possui implicações concretas já que, ambos trabalhos foram considerados heréticos, 15 artigos de Porete e 28 proposições de Eckhart, mas as consequências, de tais transgressões, bem diferentes.

A mística francesa fica presa por um ano e meio, sofre dois processos e, diante do seu silêncio, é julgada como herética recidiva, relapsa e impenitente e condenada à morte na fogueira da inquisição, juntamente com o seu livro que também é queimado. Eckhart, apesar de se explicar à comissão que julgaria os seus escritos, teve 17 artigos julgados como heréticos e 11 suspeitos de heresia. Condenação que aconteceu no ano seguinte ao da sua morte.³⁹

Além da diferença política, a separação teórica e metodológica entre a produção de origem feminina, traduzida no movimento de mística feminina, e da produção masculina, àquela desenvolvida nas universidades, se torna mais direta e excludente:

Ora, do ponto de vista da Filosofia, suplantar a razão, como escreve a mística francesa [Porete], significa, como afirmou a teologia, voltar-se às fabulações e isto para a Filosofia tem o sentido de uma

³⁶ Marguerite Porete provavelmente de família aristocrática, pertenceu ao movimento de beguinas e escreveu um tratado místico intitulado O Espelho das Almas Simples e Aniquiladas. Ela, juntamente com sua obra, foi condenada como herética e queimada na fogueira em 1310.

³⁷ A mística feminina pode ser definida por um movimento feito por mulheres que buscavam o divino a partir da união das instâncias afetivas e intelectivas, às vezes acompanhado de visões (como em Hildegard von Bingen e Hadewijch d'Anvers), outras vezes seguido apenas por uma intensa reflexão (como em Marguerite Porete). (NOGUEIRA, 2015, p.13)

³⁸ NOGUEIRA, Maria S. M. Marguerite Porete e Mestre Eckhart: algumas aproximações. In: SILVA, Nilo C. B. (org.) **Verdade, saber e poder na Filosofia da Idade Média**. Curitiba: Editora CRV, 2019, p. 115-127, p. 117.

³⁹ *Ib.*, Negação e Aniquilação em Marguerite Porete e Mestre Esckhart. In: Projeto PIBIC/UEPB, Cota 2014/2015, Repercussões da Mística Feminina medieval na Mística Renana: Marguerite Porete e Mestre Eckhart. **Princípios: Revista de Filosofia**, Natal, RN, v.22, n.37, p. 11-29, jan/abr. 2015. p. 21.

transgressão, posto que fere as normas de um discurso pautado na razão, pautado, portanto, em argumentos claros, precisos, concatenados dentro de uma lógica que, por sua vez, não consegue ultrapassar a barreira que separa o humano do divino.⁴⁰

Essas discordâncias vão separar a produção medieval, em teologia ou heresia, relegando muitas produções femininas ao silenciamento, inclusive à tentativa de destruição, como o caso de Porete, e servindo de reforço ou justificativa para a exclusão, cada vez mais incisiva, de mulheres dos locais de saber e produção de conhecimento.

Na Europa Medieval, a produção e o pensamento serão originados, para Rivera, a partir de dois possíveis intelectos, *intellectus rationis* e *intellectus amoris*, ou seja, a inteligência da razão e a inteligência do amor. Essas duas possibilidades intelectuais não são necessariamente excludentes, como a exemplo das beguinhas, que conseguiram combinar amor e razão sem contrapô-los ou hierarquizá-los, de forma que 'a Razão era iluminada pelo Amor'.⁴¹ Mas, as mudanças políticas, principalmente a partir do século XIII, vão dar cada vez maior credibilidade ao conhecimento lógico universitário do que o conhecimento místico feminino.

Uma série de restrições legislativas, principalmente nos séculos XII-XIII, irão vincular a obrigatoriedade de estudos específicos, e a duração mínima desses estudos, nas universidades, a execução de certas atividades. Também irão enfatizar hierarquias de ofício, a exemplo entre médicos e cirurgiões, em que os primeiros desenvolvem uma atividade filosófico-intelectual e os segundos, vistos como inferiores, uma atividade mecânica. Outra consequência dessas legislações é a exclusão crescente da admissão de mulheres como alunas ou mestras, nesse sentido o acirramento dos dogmas e códigos morais, pela Igreja, vinculando à imagem feminina a ideia de pecado, imperfeição e inferioridade, será determinante.

No século XII, não haviam leis contra a prática da medicina por mulheres, pois, de acordo com a *Practica* de Roger, uma obra cirúrgica escrita neste século, até 1180 os graus de mestre e doutor não foram dados a qualquer pessoa, mesmo na Escola de Salerno,

⁴⁰ Ib., A Escrita Feminina Medieval: Mística, Paixão e Transgressão. GONZÁLEZ, José M.S. (org), **Mirabilia Journal**, 17 – **Eletronic Journal of Antiquity, Middle and Modern Ages**. Projeto PIBIC/UEPB, p.153-173, jul/dez 2013. p.165.

⁴¹ RIVERA, op.cit., p.126.

apenas mais tarde foram aprovadas leis restringindo a prática da medicina a médicos licenciados. Qualquer monge poderia se chamar de *medicus* se tivesse copiado ao menos um único manuscrito médico. A Igreja, porém, durante este século, decretou mais uma vez que os monges não deveriam fazer sangrias ou realizar operações cirúrgicas. Esses decretos vieram do Concílio de Tours em 1125 e de Latrão em 1139 e, como resultado, cabia a mulheres e leigos, especialmente barbeiros, tratar de feridas, sangrias e fixar ossos. Não havia cirurgiões reconhecidos como tal antes do século XIII e, embora no século XIV existissem leis que tornavam a prática de cirurgia punível tanto para barbeiros quanto para mulheres, essas leis logo se tornaram letra morta. Os cirurgiões, portanto, fossem homens ou mulheres, eram vistos como inferiores, mas em uma época em que todo mundo deveria fazer sangrias duas vezes por ano, e que as disputas eram incessantes, não deveriam ser menos necessários.⁴²

1.5 – Escola de Medicina de Salerno

A Escola de Medicina de Salerno, com origens por volta do século IX, se desenvolveu graças ao ambiente econômico e comercial favoráveis, e a contínua troca de conhecimentos médicos e filosóficos, principalmente gregos e árabes. Um exemplo de ocupação feminina dos espaços de saber, a antiga região Lombarda, permitia uma presença feminina mais ativa em diferentes áreas. Sendo assim, a própria Escola de Medicina de Salerno aceitava mulheres, tanto como alunas quanto como médicas, conhecidas como *mulieres Salernitanae* ou as Damas da Escola de Salerno.

“Sabemos, no entanto, os nomes de trezentos e quarenta de seus professores, que atuaram durante os mil anos de sua existência. Entre eles, como veremos, estavam várias mulheres além de Trotula.”⁴³

A Escola Médica de Salerno permitiu às mulheres o acesso ao *curriculum studiorum*, permitindo-lhas ascender tanto à cátedra quanto ao exercício da profissão médica. Muitas foram as mulheres que trouxeram fama à Escola sendo referendadas como *mulieres Salernitanae*. Nos arquivos napolitanos, De Renzi identificou cirurgiãs do século XIV, como Thomasia Mattheo (1857, p. 560) e Francesca De Romana (1857, p. 531); identificou Costanza Calenda, “*dottorata in medicina*”, no século XV, e citou as reputadas médicas e

⁴² HURD-MEAD, Kate C. **A History of Women in Medicine: from the earliest times to the beginning of the nineteenth century.** Haddam, Conn.: The Haddam Press, 1938, p.156-157 (tradução nossa do inglês).

⁴³ *Ibid.*, p.121 (tradução nossa do inglês).

tratadistas, Abella di Castellomata, Mercuriade e Rebecca Guarna (1857, p. 569). Bernard de Provence, em obra datada do começo do século XII – *Commentarium super tabulas Salerni*, também trata das notáveis mulheres salernitanas, que preparavam cosméticos destinados às nobres.⁴⁴

Apesar das origens da escola não serem claras, Hurd-Mead apresenta como possibilidades: um agrupamento voluntário de mestres e estudantes, assim como os que originaram as universidades de Bolonha ou Paris, nesse contexto, a localização de centros de tratamento para os Cruzados que retornavam do Oriente, pode ter contribuído para reunir esses mestres e discípulos; ou talvez, originária dos monges no Mosteiro Monte Cassino, que sob as regras de São Bento coletavam e copiavam manuscritos de todos os tipos, mas que devido ataques migraram para Salerno, mantendo suas atividades entre a comunidade laica e fomentando o surgimento da escola.⁴⁵ Há, ainda, a possibilidade de que seja anterior, um remanescente das instituições educacionais romanas. Independentemente da forma de origem, a Escola de Medicina de Salerno, escola laica e composta tanto por homens quanto por mulheres, inclusive nas posições de mestras, se tornou, já no século XI, o principal centro de referência médica, atraindo estudantes de diversas regiões.

[A Escola de Medicina de Salerno,] em meados do século XI, já era mista, e entre seus professores, ou *magistri*, havia homens e mulheres leigos. Sarton diz que foi a primeira escola médica não religiosa da Europa cristã e que foi influenciada por lombardos, gregos, hebreus e árabes, tornando-se no século XII principalmente árabe. Orderic Vitalis diz que seus monges eruditos e seus professores leigos atraíram centenas de estudantes de todo o mundo para suas palestras. Pelo menos uma dessas professoras, Trotula, tornou-se *magistra*; e sua fama chegou até nós através dos tempos, não apenas por meio de seus escritos, que foram copiados e usados por setecentos anos, mas também por meio da tradição oral.⁴⁶

O destaque qualitativo da Escola de Medicina de Salerno, no século XI, será através, como apontam Brochado e Pinho, da organização dos textos médicos que circulavam no sul da Itália, por Garioponto, no tratado

⁴⁴ BROCHADO, Cláudia C.; PINHO, Lúcia R. O. A Cultura Médica Disponível na Escola Médica Saleritana e sua Presença nos Tratados de Trótula. In: SOUZA, Guilherme, Q.; LOPEZ, Juan, I. J. C. (org) Idade Média: Perspectivas Multidimensionais. 2019, João Pessoa, PB, **Anais do V Seminário de Estudos Medievais na Paraíba**. João Pessoa, PB, Editora do CCTA/UFPB. 27-29 nov 2019, p. 77-87. p.73.

⁴⁵ HURD-MEAD, op.cit., p.117-118.

⁴⁶ Ibid., p.117-118 (tradução nossa do inglês).

Passionarius, pelas traduções de textos médicos do árabe para o latim, por Constantino, o Africano, e pelo aporte teórico do arcebispo Alfano I. Tais contribuições teóricas, resgatadas do mundo antigo, orientaram os estudos e as práticas médicas de Salerno.⁴⁷

Importante ressaltar, também, que na Europa do século XI, a cura e o tratamento médico estavam necessariamente ligados à fé, por exemplo em relíquias sagradas. As sanções da Igreja alcançavam inclusive as práticas e ensinamentos médicos, a própria Escola de Medicina de Salerno é uma escola cristã, ainda que não esteja sob controle direto da Igreja e que seja frequentada por mestres e discípulos hebreus e árabes, além de conter livros escritos por pagãos, como Hipócrates e Galeno, em seu currículo.

Outra característica importante é que provavelmente os mestres e discípulos de Salerno, desse período, nunca dissecaram um corpo, já que a Igreja proibia tais práticas. Dessa forma, sem o conhecimento da patologia, os diagnósticos se baseavam principalmente nos sintomas dos pacientes e em análises da urina, pulso, dentre outras observações.

Ela [Trotula] ensinou seus alunos a serem bons observadores dos pacientes. Por exemplo, diz Trotula: "Ao encontrar o paciente, pergunte a ele onde dói, então sinta seu pulso, toque sua pele para ver se ele está com febre, pergunte se ele teve algum calafrio, e quando a dor começou, e se piora à noite, observe a sua expressão facial, teste a suavidade de seu abdômen, pergunte se ele urina livremente, olhe cuidadosamente para a urina, examine seu corpo em busca de pontos sensíveis e, se você não encontrar nada, pergunte com quais outros médicos ele se consultou e qual foi o diagnóstico, pergunte se ele já teve algum episódio semelhante e quando. Então, tendo encontrado a causa de seu problema, será fácil determinar o tratamento. "Trotula pode ter aprendido isso com Galeno ou Hipócrates; mas, de qualquer forma, ela o adaptou às suas próprias necessidades práticas no ensino e no tratamento e, como resultado, as escolas de Salerno e seus hospitais estavam, em muitos aspectos, muito à frente de Galeno.⁴⁸

A produção de textos médicos, pelos mestres e mestras da Escola de Medicina de Salerno, em meio ao chamado Renascimento do Século XII, estabelece uma nova forma de literatura médica, com um foco prático, invés de teórico-filosófico, em uma estrutura de perguntas e respostas.

⁴⁷ BROCHADO; PINHO, op.cit., p.69.

⁴⁸ HURD-MEAD, op.cit., p.143 (tradução nossa do inglês).

O passo seguinte dos professores de medicina de Salerno será compilar seu próprio saber. A produção científica consistirá em textos especializados em diversas áreas, como farmacologia, diagnóstico pela urina, administração de medicamentos, pequenas cirurgias, por exemplo. Os mestres salernitanos Copho, Giovanni Plateario, Petrus Musandinus, Archimatteo, Bartholomeu, Giovanni de Sancto Paulo e Salernus escreverão enciclopédias e tratados sobre doenças e terapêuticas clínicas gerais.⁴⁹

Ainda que a Escola de Medicina de Salerno seja bem conhecida, por meio de seus mestres e tratados, copiados e referenciados inclusive em outras universidades, e que “em torno do século IX, Capparoni assinala o estabelecimento de pequenos hospitais e enfermarias por parte da ordem beneditina e, no século X, a construção de uma enfermaria em uma Igreja de Salerno”⁵⁰ e possuísse, também, a partir do século XI, uma biblioteca, com amplo acesso à manuscritos, principalmente médicos, escritos, copiados e traduzidos por monges e professores da própria escola, só terá um reconhecimento como universidade, muito tardio e mais como uma garantia de controle para que só exercessem a medicina os que cumprissem os requisitos estabelecidos por lei.

Depois de encontrar uma quantidade surpreendente de conhecimento entre as mulheres médicas de Salerno no século XI, é desconcertante saber que nas escolas do século XII não haviam professoras tão famosas como Trotula, não obstante o fato de que até o final do século Salerno ainda tinha a única escola médica cristã mista no continente europeu. Outras faculdades ou universidades foram fundadas neste século pelos homens que haviam estudado em Salerno, mas estavam destinadas a interromper a educação mista, exceto na Itália, e levar aos mosteiros a maioria das mulheres que desejassem estudar as artes ou a medicina. A educação em si naquela época pouco importava para homens ou mulheres; e a educação médica em particular foi amplamente tradicional e filosófica.⁵¹

⁴⁹ BROCHADO; PINHO, op.cit., p.83.

⁵⁰ PINHO, op.cit., p. 15.

⁵¹ HURD-MEAD, op.cit, p.155 (tradução nossa do inglês).

Capítulo 2 – AS MULHERES E O SABER

As mulheres foram privadas de exercerem ou ocuparem vários espaços, devido sua

[...] falta de educação formal em retórica, sua exclusão oficial da cidadania e do governo, a percepção de que as mulheres não deveriam se envolver em assuntos políticos e a visão de que era indecente para uma mulher escrever. Mas é notável quantas escaparam a essas amarras: algumas foram educadas a um alto grau, outras autodidatas, algumas alcançaram os mais altos níveis de governo e autoridade política, outras eram conselheiras e companheiras de rainhas, muitas escreveram comentários políticos disfarçados de obras religiosas ou proféticas, e muitas delas defenderam seus escritos apelando a precedentes bíblicos e seculares. Coletivamente, seus trabalhos lançaram as bases para as gerações subsequentes de mulheres europeias cujas demandas por igualdade na educação, no emprego, e na representação política ainda não foram totalmente cumpridas.⁵²

Se tudo é história, porque as mulheres ficaram tanto tempo marginalizadas dos relatos históricos? Perrot explica esse silenciamento pelo fato de que a história, durante muito tempo, deu maior ênfase ao que ocorre no âmbito público, e que as mulheres, sempre estiveram mais ligadas ao domínio do privado, logo não faziam parte dos principais objetos de estudo da historiografia clássica.⁵³ Outra razão da invisibilidade feminina, é que as mulheres, muitas vezes, aparecem, retratadas e idealizadas por homens, de forma genérica e inclusive deturpada.

O pensamento feminista ocidental e os estudos de gênero possibilitaram uma ampliação no campo historiográfico. Os resgates de experiências e produções femininas tornam possível a construção do que Brochado chama de genealogia feminina.⁵⁴ A genealogia é o que possibilita um referencial que auxilia a percepção do presente. Não é que se deva negar a genealogia patriarcal, pois a própria cultura feminina se constrói em constante relação com a cultura patriarcal, a qual está inserida, mas sim uma questão de romper com a invisibilidade feminina. É através da genealogia feminina que se pode garantir a liberdade, que é política.

⁵² BROAD, Jacqueline; GREEN, Karen **A History of Women's Political Thought in Europe, 1400-1700**. New York: Cambridge University Press, 2009, p.VIII (tradução nossa do inglês).

⁵³ PERROT, Michelle. **Minha História das Mulheres**. São Paulo, SP: Editora: Contexto, 2007, p. 146.

⁵⁴ BROCHADO, op.cit., p.67.

Como destaca Rivera, durante o século XX, a história foi trabalhada como um sinônimo da história social, e nessa concepção, inclusive a história sobre as mulheres começou a ser construída dentro dessa ótica.⁵⁵ Entretanto, o aspecto social não compreende toda a história, e em relação à história das mulheres, só alcança um estereótipo do gênero feminino. Não é que se deva, tampouco, descartar a história social, mas trata-la como parte, e não como todo.

Embora, a partir do marxismo e da história social, a problemática relação das mulheres com as metanarrativas tenha recebido a resposta da discriminação sexista. Mas, reduzir a experiência humana à discriminação não dá liberdade, mas adiciona mais uma instância de opressão e miséria, uma vez que a liberdade só pode ser encontrada ou alcançada com liberdade. E sem liberdade não há história humana.⁵⁶

Sendo assim, propõe uma história com duas vozes, em uma relação de trocas, que pode ser pacífica ou conflituosa, mas que não apresenta necessariamente uma contraposição dialética.⁵⁷ E, já que, a partir do Humanismo e do Renascimento, houve também uma tendência historiográfica de ignorar a diferença sexual, que é uma fonte rica em sentido para homens e mulheres, ela traz, também, uma forma de se escrever história sem ignorar a diferença sexual e ao mesmo tempo sem colocar os sexos em oposição, mas em relação de livre trocas, em distinção e assimetria, mas não em desigualdade. A ambos os sexos compete toda a história, e não apenas partes restritas.

Nascer homem ou nascer mulher significa maneiras distintas de estar no mundo, portanto, é impossível a ideia de um neutro universal, historicamente figurado no masculino. Essa diferença, para Rivera, é um feito relacional que intervém e modifica o contexto político, antes, inclusive, da diferença de classe.⁵⁸ Sendo assim, as relações dos sexos e entre os sexos são, para ela, o fundamento da política.

Essa forma abstrata, neutra, em que trabalha a história, ou a política, por exemplo, é o resultado de um processo ocidental, a partir da Idade

⁵⁵ RIVERA, op.cit., p.9.

⁵⁶ Ibid., p.13 (tradução nossa do espanhol).

⁵⁷ Ibid., p.34.

⁵⁸ Ibid., p.10.

Moderna, durante a Idade Média dominava a ideia de princípios criadores femininos e princípios criadores masculinos que juntos alcançavam o todo.

É a doutrina ou ensinamento que nos séculos XII e XIII foi exprimida com a expressão “os dois infinitos”, dois infinitos que eram Deus - o princípio criador masculino - e a matéria-prima ou matéria primeira - o princípio criador feminino.⁵⁹

A doutrina dos dois infinitos é associada, na teologia e na história medieval, à heresia amalriciana, que, apesar de ter sido qualificada como heresia, pelo Concílio de Latrão, em 1215, a documentação demonstra que, até a primeira metade do século XIII, era um pensamento muito popular, inclusive entre monges, professores e beguinas. Será apenas, a partir do século XIV, que esses princípios criadores, feminino e masculino, irão desaparecer, principalmente dos pensamentos universitários e políticos. Chegando ao ápice do pensamento político do um, neutro e universal, nos regimes nacionalistas totalitários do século XX.

Falando em termos de uma política sexual, é a filósofa Prudence Allen quem primeiro explica essa relação, através de três tendências que, a partir do final da Idade Média, irão modificar a relação entre os homens e as mulheres da Europa Ocidental. Entre os séculos XII-XIII, dominará uma política que Allen chama de complementariedade dos sexos, definida pela inexistência de uma hierarquia, na qual “cada um dos sexos teria infinito próprio, ou seja, não depende do outro para ter sentido, mas a relação entre ambos enriquece a experiência humana no tempo”.⁶⁰ Sendo assim, mulheres e homens são substancialmente diferentes, diferença sexual, mas são, também, iguais em valor, formando dois inteiros que compõem o ser humano.

No século XIII, de acordo com Allen, as mudanças culturais provocadas pela Inquisição e pelas Universidades, culminarão numa política de polaridade dos sexos, em que masculino e feminino são percebidos como opostos e que existe uma superioridade do primeiro. A esse novo quadro político, Allen denominará: Revolução Aristotélica.

Em 1255, a Universidade de Paris impôs a leitura obrigatória das obras de Aristóteles, o que foi copiado por outras. Aristóteles foi

⁵⁹ Ibid., p.18 (tradução nossa do espanhol)

⁶⁰ BROCHADO, op.cit., p.69.

sistematicamente lido, comentado e divulgado desde a teoria das relações dos sexos que defendeu - ou assim se dizia - quando viveu na Grécia, no século IV antes da era cristã. Essa teoria é chamada de polaridade dos sexos. Ele disse que homens e mulheres são substancialmente diferentes e que os homens são superiores às mulheres. É, portanto, uma teoria abertamente misógina, que começou sua formulação como a da complementaridade dos sexos, mas imediatamente deu um giro brutalmente hostil ao que naquela época era vivido e entendido como feminino.⁶¹

E, por fim, entre os séculos XIV-XV, a influência de movimentos como o Humanismo e o Renascimento, origina a política que Allen chama de unidade dos sexos, na qual o homem passa a ser a medida de ambos os sexos, um suposto neutro universal, excluindo por completo o feminino.

As diferentes tendências de política sexual, descritas por Allen, são percebidas na produção feminina que, durante o período de complementariedade dos sexos, favorecerá manifestações e movimentos protagonizados por mulheres, em posição de poder e autoridade, possibilitando o surgimento de movimentos como o das beguinhas, e o de mística feminina.

Já no período de polaridade dos sexos, são fomentadas discussões literárias, cuja maior expressão será o movimento intitulado *Querelle des Femmes*⁶². Fazem parte do movimento, por exemplo, Isabel de Villena, com seu livro *Protagonistes Femenines a la "Vita Chisti"* e Christine de Pizan, com *La Cité des Dames*, obras que, além de refutar ataques misóginos, são, já no Medievo, exaltações de uma genealogia feminina, construindo, assim, numa coletividade do eu feminino, uma verdade livre das estruturas de poder e dominação.

Mulheres, como Isabel de Villena, irão se contrapor, em seus trabalhos de exaltação feminina, às ideias de que mulheres seriam fracas e mais predispostas ao trabalho físico e doméstico e que aos homens caberia o trabalho intelectual, para ela, tais predisposições não estariam vinculadas ao sexo, podendo ser manifestadas igualmente por homens e mulheres.

⁶¹ RIVERA, op.cit., p.98 (tradução nossa do espanhol)

⁶² Debate literário criado como consequência da dialética entre textos a favor e contra as mulheres, que surgiu, principalmente, após a discussão em torno ao *Roman de la Rose*. (BROCHADO, 2014, p.374)

Os estereótipos medievais da representação feminina, são reiteradamente vinculados aos modelos femininos de Maria ou Eva. Maria, como símbolo impossível de perfeição, ao qual toda mulher deveria se espelhar e fatalmente falhar, e Eva, sinônimo de pecado e fraqueza, que justificará a construção negativa e acusatória a todas as mulheres.

A construção de uma representação feminina determinada por características como a emoção e a fragilidade, apresentadas como faltas graves de caráter eminentemente femininas, justificarão a exclusão, ou pelo menos a tentativa de exclusão, da mulher ao domínio do racional.

A construção de um perfil feminino deturpado é utilizada também, no século XIII, nas tentativas cada vez mais rígidas de enclausuramento feminino

[...] De acordo com o autor [monge Idung di Prüfening] “Não podemos deixar a este sexo a liberdade para se autodeterminar, por causa da sua natural tendência a labilidade e por causa das tentações que vem de fora e que a fraqueza das mulheres não é capaz de enfrentar”. Para protegê-las e proteger os homens, é preciso tutelá-las, enclausura-las, discipliná-las.⁶³

Culminando, em 1298, na Bula *Periculoso*⁶⁴, do papa Bonifácio VIII. A imagem feminina, construída e divulgada, é fundamental na tentativa de controle sobre os corpos e comportamentos das mulheres, não somente das religiosas, mas de todas as mulheres.

Para Rivera foi através do processo de exclusão da sexualidade humana do saber, a exemplo, nas universidades, que começou a induzir uma desconfiança na veracidade das sensações nascidas do próprio corpo, seja feminino ou masculino, facilitando o controle e a dominação desses corpos.⁶⁵ A dualidade experimentada, entre ser mulher ou homem é substituída pela dualidade entre alma e corpo, uma dualidade fictícia, além disso é adicionado o conceito de hierarquia, ou seja, além do corpo ser dividido entre alma e corpo, essa divisão não é equiparada, a alma é considerada superior ao corpo. E dessa nova dualidade, acrescida da hierarquia, é determinado, por

⁶³ SILVA, Valéria F. Mulheres sob Controle: Subordinação, Clausura e Exclusão: A Constituição Discursiva da Vida Religiosa Feminina nos Séculos XII e XIII. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História: ANPUH**, São Paulo, SP, jul 2011, p.10.

⁶⁴ Decreto papal cujas primeiras palavras são “Lei universal partindo de um caso particular de ‘certas’ monjas cuja conduta é ‘perigosa e detestável”

⁶⁵ RIVERA, op.cit., p. 15-16.

exemplo, o feminino, vinculado ao corpo, já que cabe a mulher dar à luz ao corpo, desvinculado do todo, mas apenas como matéria.

O controle dos corpos ocorre, num primeiro momento, através do surgimento da democracia, na Grécia Antiga, em que o corpo do cidadão pertence à cidade. A cidade estabelece quem pertence ao seu corpo de cidadãos e estes dão seus corpos à cidade, em caso de guerra. Num segundo momento, o Cristianismo retira a origem dos corpos da cidade e coloca em Deus, possibilitando maior liberdade para a diferença sexual, já que, ambos os sexos possuem origem divina. Em todo caso, é negada a mulher, no papel de mãe, a origem, a raiz dos corpos que nascem, de forma significativa, muito além de apenas matéria.

2.1 – Trotula di Ruggiero (ou Trotula de Salerno)

Um exemplo muito nítido da política de Complementariedade Sexual desenvolvido por Allen é a médica e professora Trotula di Ruggiero. Assim como ela, homens e outras mulheres, que viveram na Europa, por volta do século XI-XII, puderam se relacionar de forma mais equiparada, sendo assim, ambos os sexos experimentaram liberdades e possibilidades culturais e profissionais que não existiram nos séculos seguintes.

Além disso, Trotula atravessa as políticas de seu próprio tempo, que a reconhece como autoridade, tanto médica quanto no ensino, e terá suas obras copiadas, traduzidas e citadas em várias partes da Europa Ocidental, até o século XVI, quando regras mais rígidas e excludentes para com as mulheres irão questionar tanto a autenticidade de suas ideias e, inclusive, de sua identidade, quanto sua capacidade intelectual e até mesmo sua existência.

Trotula⁶⁶ di Ruggiero pertenceu a uma família aristocrata, do século XI, ela praticou e ensinou medicina na Escola de Medicina de Salerno, não como uma parteira, mas uma *magistra medicinae*. Casada com o médico, Giovanni

⁶⁶ As referências a Trotula são variadas: *Magistra*, *Uxor Platearii*, *Mulier Sapiens*, Trotta, Trocta, Tortolo, Trocula, Tuenda, Trotula, Trottus, trott', tt', t't, Truta, Trutella, Trorula, Tortula, Eros Juliae, Erotian, uma das mulheres de Salerno, Antiga Dama Trot. (HURD-MEAD, 1938, p.128)

Plateario, tiveram pelo menos dois filhos, Giovanni Plateario, o Jovem, e Matteo Plateario, que também se ocuparam da medicina.⁶⁷

O filho deles, Matteo, fala dela como sua "erudita mãe, Trocta", e "*mater magistra Platearii*", e de seu pai como Johannes, "que com a ajuda dela escreveu um livro sobre a cura de doenças"; e Matteo também disse com orgulho que sua mãe cuidava de mulheres doentes como uma "*magistra*", não como uma "empírica".⁶⁸

Os tratados mais conhecidos de Trotula são: *De passionibus mulierum ante, in e post partum* (Sobre as doenças das mulheres antes, durante e depois do parto) e *De ornatu mulierum* (Sobre a beleza das mulheres), ambos escritos em latim. Esses tratados podem ser considerados um marco inicial da obstetrícia e da ginecologia como ciências médicas.

Neles, Trotula constrói uma síntese em que são apresentados estudos, baseados em textos médicos reconhecidos, como Hipócrates (s. III a.C.), Galeno (s. II d.C.) e Paulo Egineta (s. VII d.C.), conhecimentos e práticas populares, a exemplo de parteiras e práticas mágicas, e da própria experiência, observando a doença, os sintomas, e conversando com as pacientes. Descreve o que é o corpo feminino, saúde e doenças que o acometem, formas de tratamento e medicações, como ervas e óleos. Suas preocupações são com o corpo como um todo, sendo importantes a alimentação e a higiene. Sempre em busca do equilíbrio, e inclusive com questões do psicológico, e sem um juízo de valores em detrimento das mulheres, escreve, por exemplo, que tanto o prazer quanto a infertilidade podem estar em ambos os sexos.

Em primeiro lugar, então, se a dificuldade no parto for observada, é preciso principalmente recorrer a Deus. Passando aos auxílios terrenos, é bom para a mulher que tem dificuldade de dar à luz banhar-se na água onde foram cozidas malva, feno grego, semente de linho e cevada. Devem ser untados os quadris, o abdômen, as coxas e a virilha com óleo violáceo ou de rosas; ela deve ser massageada com força e lhe devem ser oferecidos oxyzaccara e uma dracma de menta em pó e absinto. Devem ser provocados espirros com pó de incenso introduzido nas narinas, ou com pó de candiso, de pimenta ou de eufóbia. A mulher deve ser conduzida pela casa com passos lentos e aqueles que cuidam dela não devem

⁶⁷ SIMONI; DEPLAGNE, op.cit., p.20.

⁶⁸ HURD-MEAD, op.cit., p.128 (tradução nossa do inglês).

olhar em seu rosto, porque as mulheres a esse olhar costumam envergonhar-se durante e depois do parto.⁶⁹

Simoni ressalta que em *De passionibus mulierum* Trotula não recorre ao uso de práticas mais comuns à época, como astrologia, oração e magia, mas prioriza remédios baseados na prescrição de ervas medicinais, banhos, massagens e aplicação de unguentos, que pareciam de fácil acesso e utilização pela população.⁷⁰ Outra característica presente em sua obra é a prevenção como foco das práticas médicas, estimulando a higiene, nutrição balanceada e atividade física.

De Ornatu mulierum reflete o lado estritamente empírico da medicina salernitana. Não apresenta base teórica a justificar as doenças dermatológicas e suas causas, comporta preparos e misturas de uso comum das mulheres muçulmanas, conforme ela observa no tratado. Prescreve receitas baseadas em ingredientes locais e em substâncias importadas, como incenso, cravo, canela, noz-moscada e galanga. O tratado nos proporciona acessar os aspectos físicos da mulher salernitana do século XII, bem como suas preocupações estéticas. O §245 informa que as nobres salernitanas se depilavam e que as mulheres muçulmanas foram exemplo de beleza a ser seguido (§251, 280, 296).⁷¹

O tratado de Trotula vai circular durante um período em que a Igreja tem um discurso cada vez mais controlador e restritivo às mulheres. Ainda assim, numa escrita, que enfatiza a preocupação e garantia da boa saúde da mulher, Trotula aborda temas como métodos contraceptivos e o uso de analgésicos para o alívio, saúde e bem estar feminino.

A preocupação com o bem-estar feminino é central em sua obra. Acreditava firmemente que sofrimento das mulheres durante o parto devia ser evitado e que havia meios para evitá-lo. Propunha um parto sem dor, para o qual advogava que fosse ministrado à parturiente, vinagres, absinto e vinhos e, em um parto difícil, o emprego analgésico de opiáceos naturais. “Se após o parto, houver dores no útero, tomar um cálice de estoraque, com olíbano e suco de ópio de papoula [...] Isto ajuda fortemente”. É importante lembrar que a patrística relaciona as dores do parto à queda de Eva, que será redimida por Maria, aquela que concebe sem pecado, a imaculada, livre de culpa. Todas as demais deverão sofrer as dores do parto,

⁶⁹ SIMONI; DEPLAGNE, op.cit., p.83.

⁷⁰ SIMONI, Karine. De Dama da Escola de Salerno à Figura Legendária: Trotula de Ruggiero Entre a Notoriedade e o Esquecimento. **Seminário Fazendo Gênero 9: Diásporas, Diversidades, Deslocamentos**, Universidade Federal de Santa Catarina, 23-26 ago 2010, p.4.

⁷¹ BROCHADO, Cláudia C.; PINHO, Lúcia R. O. Trotula e a Medicina das Mulheres. In: BROCHADO, Cláudia C.; DEPLAGNE, Luciana C.(org.) **Vozes de Mulheres da Idade Média**. João Pessoa, PB, Editora UFPB, 2018, p. 64-87. p. 81.

que são o aviso da culpa que envolve o ato sexual que antecede à procriação, um aviso visto por teólogos e moralistas em geral como necessária.⁷²

2.1.1 – Reconhecimento e Representações de Trotula

De acordo com Brochado e Pinho, os escritos médicos escritos por homens, desse período, séculos X-XII, não trouxeram inovações ginecológicas e obstetrícias, o que demonstra, provavelmente, escasso conhecimento anatômico e fisiológico do corpo feminino. Mesmo em 1322, ao se defender da acusação de prática ilegal de medicina, Jacoba Félice de Almânia argumentará que aos homens não deve ser permitido examinar e investigar o corpo feminino, além disso, uma mulher, por sua virtude e vergonha, iria preferir morrer a revelar a um homem os segredos de sua intimidade.⁷³ Sendo assim, os tratados escritos por Trotula seriam mais facilmente um conhecimento desenvolvido e aprofundado por uma mulher culta, do que por algum homem. Outro indício relevante é a justificativa, no próprio prólogo da obra:

Porque as mulheres são por natureza mais frágeis que os homens, nelas as doenças abundam com mais frequência, sobretudo em torno dos órgãos reservados à função natural. Como esses estão posicionados em um lugar mais íntimo, por pudor e pela fragilidade da sua condição, elas não ousam revelar ao médico as aflições das suas enfermidades. Por tal motivo, eu, tendo compaixão pela sua desventura e particularmente impulsionada pela solicitação de uma certa senhora, comecei a ocupar-me diligentemente das doenças que muito frequentemente molestem o sexo feminino.⁷⁴

A difusão e autoridade de Trotula são atestadas, já no medievo, pelas múltiplas traduções de seus tratados,

Pedro Hispano, que em 1276 se tornou o Papa João XXI, escreveu seu "*Thesaurus Pauperum*", um manual de doenças e remédios, no qual Trotula é mencionada como "Trocula" cinco vezes, com citações de suas famosas prescrições.⁷⁵

Além dele,

⁷² Ibid., p.76-77.

⁷³ PINHO, op.cit., p.24.

⁷⁴ SIMONI; DEPLAGNE, op.cit., p.37.

⁷⁵ HURD-MEAD, op.cit., p.129 (tradução nossa do inglês).

[...] as menções à Trótula comprovam que sua reputação se difundia na literatura vulgar e não apenas na literatura médica, para a qual se utilizava o latim, língua científica por excelência naquele momento. Entre o século XIV e XV, a obra *Poema medicum* traz versões em versos de dois tratados de Trótula.⁷⁶

contudo, as concepções religiosas de exclusão e perseguição feminina, vinculando-as ao pecado original, e também, a profissionalização advinda com as universidades, vão marginalizando e silenciando as mulheres e suas manifestações, assim como Trotula.

Não obstante, frequentemente a sua existência foi motivo de dúvida, sobretudo por parte de médicos e escritores homens. Nos séculos XIII e XIV as *mulieres salernitane* sofreram críticas deploráveis. Um dos principais responsáveis pela alteração da imagem das mulheres médicas de Salerno foi o médico espanhol Arnaldo da Villanova, que atribuiu a elas práticas estranhas e poções mágicas, rotulando-as de charlatãs e bruxas.⁷⁷

É, a partir, principalmente, do século XIV que as mudanças políticas, culturais e econômicas no controle do conhecimento vão separar, progressivamente, o conhecimento intelectual e popular, e excluir as mulheres dos ambientes de profissionalização, além de, estabelecer a perseguição e condenação feminina nos processos de bruxaria.

Ainda assim, é possível confirmar a existência de mais de cem manuscritos da obra de Trotula, dispersos em bibliotecas de cidades como Bruxelas, Oxford, Leipzig, Cambridge, Londres, Breslávia, Paris, Vindobona, Munique, Florença, Madri e Cidade do Vaticano. E que, ainda circulavam três variantes da obra de Trotula até 1544, ano em que o editor Georg Kraut sistematizou o conteúdo dos três manuscritos e surgiu a primeira versão impressa da obra. Em 1566, Hans Kaspar Wolf vai atribuir o tratado de Trotula a Eros Juliae, um homem, ex-excravizado romano, enquanto Trotula será considerada uma personagem fictícia, no âmbito do fantástico.⁷⁸

É exatamente no século XVI, logo após a primeira edição impressa, que se configura no mundo acadêmico uma mudança de atitude com relação à Trótula e seus manuscritos. Escritores renascentistas, historiadores da medicina, em sua grande parcela, questionarão a atribuição da autoria dos manuscritos a uma mulher do século XI/XII.

⁷⁶ PINHO, op.cit., p.21.

⁷⁷ SIMONI, op.cit., p.7.

⁷⁸ SIMONI; DEPLAGNE, op.cit., p.21-22 e 30.

Instala-se o debate sobre a existência histórica de Trótula, o sexo e a identidade do autor(a) ou autores dos manuscritos sob seu nome. A *magistra* passará de figura histórica à figura lendária, alteração que se estenderá pelos séculos seguintes. Apresentam-se razões de natureza diversificada para apagar a existência de Trótula como médica, mestra e autora. Aduzem que Trótula foi, originariamente e apenas, o título dessa obra e não a referência ao seu autor. Admitem que consistiu, sem dúvida, no mais popular conjunto de escritos sobre a medicina da mulher do século XII ao XVI, tendo desempenhado importante papel na medicina medieval, mas retiram de Trótula, a médica salernitana, a autoria dos tratados.⁷⁹

⁷⁹ BROCHADO; PINHO, op.cit., p.65.

Considerações Finais

Mulheres como Marguerite Porete, com sua obra “O Espelho das Almas Simples e Aniquiladas”, e Trotula di Ruggiero, com seu tratado “Sobre as Doenças das Mulheres” são dois dentre muitos possíveis exemplos da capacidade intelectual e instrução feminina no Medievo. Sendo assim, a conclusão possível quanto a razão pela qual as mulheres não tiveram destaque ou visibilidade dentro das universidades, durante a Idade Média no ocidente europeu, foi a adoção, nestas sociedades, e posteriormente, de uma política sexual de hierarquização e supressão do feminino.

Durante a Idade Média, por volta do século XI, surgem as *universitas* ou *studium generale* equivalentes às universidades, mas que na época foram melhor percebidos como organizações corporativas entre mestres e discípulos, seguindo uma lógica presente naquelas sociedades. As universidades foram, entretanto, instituições originais que possibilitaram inovações políticas e sociais como direitos coletivos e individuais, válidos por toda cristandade, e a possibilidade de ascensão social do intelectual, sujeito social produzido pela própria universidade. Mas, apesar das mudanças advindas da universidade, existiu sempre uma relação de reprodução da estrutura social medieval vigente, ou seja, replicava-se a estrutura hierárquica, cristã e patriarcal existente.

Dessa forma, ao analisar a sociedade medieval europeia, no período que contempla o surgimento das universidades, pela ótica da teoria de política sexual desenvolvida por Prudence Allen, pode-se perceber as mudanças na presença feminina em espaços de saber, em contraposição à ocupação masculina. Percebe-se, também, as mudanças na construção de uma imagem e representação feminina, no que pela análise de Maria-Milagros Rivera foi utilizado como justificativa de controle de comportamentos e corpos femininos.

A existência, entre os séculos IX-XII, da Escola de Medicina de Salerno, no sul da Itália, referência em medicina, prática e teórica, por toda

Europa, em que mulheres, conhecidas como *mulieres Salernitanae* existiram e atuaram como médicas e mestras, em complementariedade a atuação masculina, exemplifica uma possibilidade dentro de uma estrutura política de complementariedade sexual que poderia ter sido replicada dentro das universidades, que surgiram posteriormente nas diversas regiões da Europa medieval, se não fosse o fechamento proporcionado pela mudança política de polarização entre os sexos.

A construção de uma representação feminina determinada por características como a emoção e a fragilidade, apresentadas como faltas graves de caráter eminentemente femininas, justificarão a exclusão, ou pelo menos a tentativa de exclusão, da mulher ao domínio do racional. Neste contexto, a Igreja Católica, com estereótipos de representação feminina vinculados aos modelos simbólicos de Maria ou Eva, terá papel significativo na construção e propagação dessa política de hierarquização e controle sexual. Duas ferramentas práticas de aplicação dessa mentalidade serão: a Inquisição e as Universidades. Dessa forma, muitas mulheres terão suas ideias perseguidas e condenadas como heréticas, a exemplo Maguerite Porete, ou suas capacidades, e inclusive natureza, desacreditadas e hostilizadas num discurso racionalmente misógino, o qual Prudence Allen intitula Revolução Aristotélica.

Além da construção de um discurso racionalizado de exclusão e inferiorização feminina, através do resgate e apropriação do pensamento aristotélico, as universidades também irão contribuir para o fechamento e exclusão feminina de ambientes intelectuais e profissionais dos quais as mulheres já faziam parte, proibindo o acesso de mulheres como mestras ou alunas, nas universidades, e proibindo, também, a atuação de mulheres em práticas como a medicina, em que anteriormente atuou Trotula, médica famosa e pioneira na área de ginecologia e obstetrícia.

Movimentos e organizações femininas como as Beguinhas e a Mística Feminina surgem também nesse período como estruturas e expressões originais femininas paralelas às estruturas sob domínio direto eclesiástico ou régio, a saber, monastérios e universidades. Suas produções se diferem, já

que, adotam, por exemplo, a língua vulgar disseminando o conhecimento e se aproximando da comunidade local, enquanto que, nas universidades adota-se o latim e, inclusive, posteriormente, uma postura de distanciamento “[...] um certo “fechamento social”, uma constituição de dinastias de médicos e de juristas buscando reservar para si o acesso ao saber.”⁸⁰

As diferenças não se limitam a espaços de construção de saber ou formas de expressão, nos estudos comparativos, desenvolvidos por Maria Simone Nogueira, das obras de Marguerite Porete e Mestre Eckhart, compreende-se como a produção feminina é percebida e julgada muitas vezes de forma mais rígida do que produções masculinas, já que, ambos, tiveram múltiplos artigos de suas obras julgados como heréticos, mas enquanto a mística foi queimada na fogueira, juntamente com sua obra, a condenação de Mestre Eckhart é póstuma, além de mais branda.

As consequências dessas mudanças de política sexual, em que o homem acaba se tornando a medida de todas as coisas, um neutro universal, podem ser percebidas ao se analisar a aceitação e repercussão dos tratados médicos escritos por Trotula. No período em viveu e atuou Trotula, sua obra e competências intelectual e médica são reconhecidas e propagadas por diversas regiões, o que pode ser atestado pelas múltiplas cópias e traduções de seus tratados, mas que, a partir, principalmente, do século XIV, começam a ser questionados nos mais diversos aspectos como autenticidade, competência e inclusive a própria sexualidade ou existência de sua autora.

Sendo assim, para romper com essa narrativa misógina, que invisibiliza a presença e atuação feminina em áreas como do saber, buscou-se uma análise histórica em duas vozes, indicando como foi relevante historicamente o surgimento das universidades, trazendo inovações intelectuais, como a racionalização, com a utilização do método escolástico em áreas para além da filosofia, e a criação de um novo sujeito social, o intelectual, modificando um pouco a possibilidade de mobilidade social, além da ideia de profissionalização do saber teórico, para além do saber e atuação práticas. Mas sem deixar de expor como a criação das universidades e o resgate

⁸⁰ VERGER, op.cit., p. 584.

aristotélico auxiliaram a tentativa de exclusão feminina dos locais de construção do saber, como universidades, e que, ainda sim, a produção feminina nunca cessou, mas enfatizando a necessidade, como a historiadora Cláudia Brochado explica, da construção da genealogia feminina, resgatando esses importantes referenciais femininos.

Referências Bibliográficas

A Voice Of Their Own: Women's Spirituality in the Middle Ages. [S. d.]. [S. l.]: Universidade de Barcelona. Disponível em: <https://www.coursera.org/learn/womens-spirituality> Acesso em: abr. 2021.

ALLEN, Prudence. **The concept of woman: the Aristotelian Revolution (750 BC- Ad 1250).** Montreal – Londres, Eden Press, 1985.

BASCHET, Jérôme. **A Civilização Feudal: Do ano mil à colonização da América.** 2 ed. São Paulo: Editora Globo, 2009.

BONI, Luis A. A Entrada de Aristóteles no Ocidente Medieval. **Dissertatio: Revista de Filosofia do Departamento de Filosofia do ICH/UFPEL,** Pelotas, RS, v.1, n.1, p.66-106, inverno/1995.

BROAD, Jacqueline; GREEN, Karen **A History of Women's Political Thought in Europe, 1400-1700.** New York: Cambridge University Press, 2009.

BROCHADO, Cláudia C. A Querelle des Femmes e a Política Sexual na Idade Média. **Brathair: Revista de Estudos Celtas e Germânicos,** [S.l.], v. 19, n. 2, p. 63-91, 2019. ISSN 1519-9053.

_____. A Querelle des Femmes. **Textos de História: O Saber na Idade Média,** [S.l.], v. 9, n. 1/2, p. 31-51, 2001. Mesa Redonda na III Semana de Estudos Medievais, Brasília 1996.

_____. As Intelectuais da Idade Média: por uma genealogia feminina: Isabel de Villena, escritora ibérica do sec. XV. *In:* DEPLAGNE, Luciana C. (org.) **As Intelectuais da Idade Média: pensadoras, místicas, cientistas e literatas.** 1ed., João Pessoa, ed. UFPB, 2016. p. 105-121.

_____. Evangelhos em Feminino: Interpretações de uma Escritora Medieval Ibérica **Cadernos Pagu** (42), Campinas, SP, Núcleo de Estudos de Gênero – Pagu/Unicamp, p. 371-392, jan/jun 2014. ISSN 0104-8333.

BROCHADO, Cláudia C.; PINHO, Lúcia R. O. A Cultura Médica Disponível na Escola Médica Saleritana e sua Presença nos Tratados de Trótula. *In:*

SOUZA, Guilherme, Q.; LOPEZ, Juan, I. J. C. (org) *Idade Média: Perspectivas Multidimensionais*. 2019, João Pessoa, PB, **Anais do V Seminário de Estudos Medievais na Paraíba**. João Pessoa, PB, Editora do CCTA/UFPB. 27-29 nov 2019, p. 77-87. ISBN: 978-65-5621-100-8.

_____. Trotula e a Medicina das Mulheres. *In*: BROCHADO, Cláudia C.; DEPLAGNE, Luciana C.(org.) **Vozes de Mulheres da Idade Média**. João Pessoa, PB, Editora UFPB, 2018, p. 64-87. ISBN: 978-85-237-1376-8.

CALADO, Luciana E. F. **A Cidade das Damas**: a construção da memória feminina no imaginário utópico de Christine de Pizan. Estudo e tradução. Orientadora: Luzilá Golçalves Ferreira. 2006. Trabalho de Conclusão de Curso (Doutorado em Teoria da Literatura) – Centro de Artes e Comunicação – Departamento de Letras, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, maio 2006.

GREEN, Monica H. **The Trotula**: A Medieval Compendium of Women's Medicine. The Middle Ages series. Philadelphia, Pennsylvania, PENN: University of Pennsylvania Press, 2001. ISBN 0-8122-3789-4.

GUERRERO, Rafael R. La Afirmación del Yo em el Siglo XII: Pedro Abelardo y San Bernardo. **Anales del Seminario de Historia de la Filosofía**,12, Universidad Complutense, Servicio de Publicaciones UCM, Madrid, 1995. p. 11-32.

HASKINS, Charles H. **A Ascensão das Universidades**. Balneário Camboriú, SC, Livraria Danúbio Editora, 2015. *E-book*. ISBN: 978-85-67801-03-2.

HURD-MEAD, Kate C. **A History of Women in Medicine**: from the earliest times to the beginning of the nineteenth century. Haddam, Conn.: The Haddam Press, 1938.

NOGUEIRA, Maria S. M. A Escrita Feminina Medieval: Mística, Paixão e Transgressão. GONZÁLEZ, José M.S. (org), **Mirabilia Journal**, 17 – **Electronic Journal of Antiquity, Middle and Modern Ages**. Projeto PIBIC/UEPB, p.153-173, jul/dez 2013. ISSN1676-5818.

_____. Marguerite Porete e Mestre Eckhart: algumas aproximações. *In:* SILVA, Nilo C. B. (org.) **Verdade, saber e poder na Filosofia da Idade Média**. Curitiba: Editora CRV, 2019, p. 115-127.

_____. Negação e Aniquilação em Marguerite Porete e Mestre Esckhart. *In:* Projeto PIBIC/UEPB, Cota 2014/2015, Repercussões da Mística Feminina medieval na Mística Renana: Marguerite Porete e Mestre Eckhart. **Princípios: Revista de Filosofia**, Natal, RN, v.22, n.37, p. 11-29, jan/abr. 2015. SSN1983-2109.

NOGUEIRA, Maria S. M.; LIMA, Emanuelle V. G. Marguerite Porete e a Escrita de Si: Entre a Literatura e a Filosofia. **Revista Ideação**, [S.l.], v. 1, n. 42, p. 396-413, jul/dez 2020.

OLIVEIRA, Terezinha. Poder e Escolástica no Ocidente Medieval. **Dimensões: Revista de História da UFES**, Dossiê: Poder e religião na Antiguidade Tardia, v. 25, p. 266-285, 2010. ISSN: 1517-2120.

OPITZ, Claudia. Vida Cotidiana de las Mujeres em la Baja Edad Media (1250-1500). *In:* DUBY, Georges; PERROT, Michelle. (org.) **Historia de las Mujeres: La Edad Media**. v.2, Editor digital: Titivillus. 1990. *E-book*.

PERROT, Michelle. **Minha História das Mulheres**. São Paulo, SP: Editora: Contexto, 2007.

PINHO, Lúcia R. O. **Trótula de Salerno**: périplo na história e historiografia. Orientadora: Cláudia Costa brochado. 2016. Monografia (Licenciatura em História) Departamento de História - Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

PRIETO, Ana B. S. Dónde Aprender a Leer y Escribir em el Año Mil. **Anuario de Estudios Medievales (AEM)**, CSIC: Institución Milá y Fontanals, Barcelona, España, v. 40, n. 1, jan/jun 2010, p. 3-34. ISSN 0066-5061.

_____. La Educación de la Mujer Antes del Año 1000. ¿Es Dhuoda um Caso Único? **UNED – Facultad de Educación. Educación XXI**, Madrid, España, v. 13, n. 2, 2010, p. 69-94. ISSN: 1139-613-X.

RASCHDALL, Hastings **The Universities of Europe in the Middle Ages:** Volume I: Salerno, Bologna, Paris. v.1. London: Henry Frowde, Oxford University, 1895.

RIDDER-SYMOEENS, Hilde; RÜEGG, Walter (org.). **A History of the University in Europe:** Volume I: Universities in the Middle Ages. v. 1, Cambridge, United Kingdom: Cambridge University Press 1992. ISBN 0 521 36105 2.

RIVERA, María-Milagros G. **La Diferencia Sexual en la Historia.** Publicacions de la Universitat de Valencia, 2005. ISBN: 84-370-6118-0.

_____. **Textos y Espacios de Mujeres:** Europa, siglo IV-XV. Barcelona, España, Icaria editorial, out, 1995. ISBN 84-7426-168-6.

SILVA, Valéria F. Mulheres sob Controle: Subordinação, Clausura e Exclusão: A Constituição Discursiva da Vida Religiosa Feminina nos Séculos XII e XIII. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História: ANPUH,** São Paulo, SP, jul 2011. ISBN: 978-85-98711-08-9.

SIMONI, Karine. De Dama da Escola de Salerno à Figura Legendária: Trotula de Ruggiero Entre a Notoriedade e o Esquecimento. **Seminário Fazendo Gênero 9: Diásporas, Diversidades, Deslocamentos,** Universidade Federal de Santa Catarina, 23-26 ago 2010. ISSN 2179-510X.

SIMONI, Karine; DEPLAGNE, Luciana C. (org.) **Sobre as Doenças das Mulheres: Trotula di Ruggiero.** Florianópolis, SC, UFSC/DLLE/PGET, Copiart Tubarão, 2018.

VAUCHEZ, André **A Espiritualidade na Idade Média Ocidental: Séculos VIII a XIII.** Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar Ed., 1995. ISBN 85-7110-334-8.

VERGER, Jacques. Universidade. *In:* LE GOFF, Jacques; SCHMITT, Jean-Claude. **Dicionário Temático do Ocidente Medieval II.** v. 2, São Paulo, SP: EDUSC: Editora da Universidade do Sagrado Coração, 2002. p. 573 – 588. ISBN 2-213-60264-6.

VIANA, Ana P. S.; OLIVEIRA, Terezinha. Um Estudo da Origem da Universidade Medieval no Século XIII por meio da Historiografia. **EDUCERE:**

X Congresso Nacional de Educação. SIRSSE: I Seminário Internacional de Representações Sociais, Subjetividade e Educação. Curitiba, PR, Pontifícia Universidade Católica do Paraná. 7-10 nov 2011.

Declaração de autenticidade

Eu, Ana Carolina Resende Ibituruna, declaro para todos os efeitos que o trabalho de conclusão de curso intitulado “A origem das universidades e a presença feminina em espaços do saber” foi integralmente por mim redigido, e que assinalei devidamente todas as referências a textos, ideias e interpretações de outros autores e autoras. Declaro ainda que o trabalho é inédito e que nunca foi apresentado a outro departamento e/ou universidade para fins de obtenção de grau acadêmico, nem foi publicado integralmente em qualquer idioma ou formato.

Brasília, 25/04/2022